



ACÓRDÃO Nº 343/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10154/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.

4- Exercício: 2012.

5- Responsáveis: Srs. Amadeu Júnior Andrade Rodrigues (01/01 a 16/07), Rosineide Aguiar Coelho (16/07 a 25/10), Edmar Carlos Barros da Silva (19/11 a 06/12) e Marlon Trindade Teixeira (26/10 a 18/11 e de 07/12 a 31/12), Ex-Presidentes da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 245/2015 (fls. 1422/1427).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 743/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1428/1431).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício 2012.

Contas Regular com Ressalva. Multa. Determinação à origem. Quitação aos responsáveis.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade dos Srs. Amadeu Júnior Andrade Rodrigues (01.01 a 16.07), Rosineide Aguiar Coelho (16.07 a 25.10), Marlon Trindade Teixeira (26.10 a 18.11 e 07.12 a 31.12) e Edmar Carlos Barros da Silva (19.11 a 06.12), nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa, no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), aos Srs. Amadeu Junior Andrade Rodrigues e Edmar Carlos Barros da Silva, por não terem apresentado os documentos à Comissão de Inspeção, nos termos do art. 54, IV, da Lei Orgânica c/c art. 308, I, “b”, do Regimento Interno do TCE/AM;

9.3- Determinar à origem que proceda à criação e implementação de um sistema de controle interno, controle de registro de todos os seus bens e controle de materiais pelo Setor de Almoxarifado;

9.4- Dar quitação aos responsáveis, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de maio de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 343/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral